

ATA DA 021ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2024
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h48, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Camilo Martins - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Marquito - Matheus Cadorn - Maurício Eskudlark - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Soratto - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro De Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei números: 0194/2020, 0001/2023, 0316/2023, 0338/2023, 0426/2023 e 0146/2024.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0120/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Deputados Lunelli e Marquito manifestaram-se a respeito da relevância matéria e seus votos favoráveis.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0307/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0530/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0121/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0145/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O Deputado Napoleão Bernardes manifesta-se a respeito da matéria e seu voto favorável.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0265/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0155/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0317/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0412/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0003/2023.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0029/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0113/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0194/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0206/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0293/2024.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0149/2024, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Economia Verde informações acerca das possíveis atuações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Energia Verde em relação à preocupante situação atual da Lagoa do Caverá.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0150/2024, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda informações acerca da aplicação dos recursos do Fundo Social.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0151/2024, de autoria do Deputado Sérgio Motta, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde informações acerca do protocolo de atendimento às pessoas com Síndrome de Ehlers-Danlos no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0152/2024, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Secretário de Estado da Educação informações acerca dos Estudantes com Altas habilidades ou Superdotação na rede estadual de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0166/2024, de autoria do Deputado Lunelli, manifestando apelo ao Ministro dos Transportes e ao Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado pela destinação de recursos para garantir a conclusão das obras de duplicação da Rodovia BR-470, no trecho do núcleo urbano de Navegantes, Ilhota, Gaspar, Blumenau e Indaial.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0167/2024, de autoria do Deputado Sérgio Motta, manifestando apelo ao Senado Federal para que empreenda esforços na aprovação do Projeto de Lei 4817/2019 que "Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa com a Síndrome de Ehlers-Danlos e a Síndrome de Hiper mobilidade".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0168/2024, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, manifestando apelo para que os

Municípios de Santa Catarina criem ou atualizem os seus Planos de Contingência da Assistência Social.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0570/2024, de autoria do Deputado Mário Motta; 0571/2024, de autoria da Deputada Paulinha; 0572/2024, de autoria do Deputado José Milton Scheffer; e 0573/2024, de autoria do Deputado Fernando Krelling.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquigrafia: Cinthia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Pede ao sr. Presidente, srs. Deputados, todos aqueles que nos assistem, aqueles que acessarem esse vídeo, a gentileza que marquem, tenham essa boa vontade de marcar cada Delegado de Polícia Civil e cada Comandante de Polícia Militar de cada Estado da Federação, e reforça que marquem os Comandantes das OBMs, das organizações policiais militares, Bombeiros Militares, os Delegados, porque o assunto que traz é de relevante interesse de todos nós, como pessoas que são assistidas pelo trabalho executado pelas nossas forças policiais. Reforça o pedido para que entrem em contato com eles e conversem sobre o assunto, questionem sobre o assunto.

Diz que estamos à beira de um encaminhamento do Ministério da Segurança Pública e do Ministério da Justiça, onde o ministro Lewandowski avanta a possibilidade da criação do SUSP, que seria um Sistema Único de Segurança Pública. Diz aos senhores Coronéis, que quanto mais gemada, quanto mais laureada aquela estrela no ombro dos

senhores, não quer dizer que o diferencia como alguém de difícil acesso, que está protegido de alguma forma, mas o que aumenta com isso é a responsabilidade da manutenção de uma instituição e a vida de seus comandados.

Menciona que a federalização de um sistema de segurança pública é primeiro um desacato, é uma afronta ao sentimento estadual e um ataque a instituições bicentenárias e instituições centenárias. Diz que modificar a atribuição constitucional das forças de segurança, com a mais absoluta certeza ao lembrar que aquilo que perde o seu poder, perde o seu brilho, acaba sendo por não brilhar esquecido e um dia será aniquilado. Fala que esse SUSP vem enrolado no veludo da boa intenção, mas recorda que as boas intenções são as pedras que ladrilham o inferno, o rol dos perdedores e dos esquecidos. Esse desprezo pelo Estado, essa vontade de centralizar o comando da Segurança Pública, onde se vai organizar, criar, estipular novas atribuições para a Polícia Rodoviária Federal e para a Polícia Federal, vai ao encontro daquilo que o mundo acredita como Segurança Pública vista de uma outra forma, vista como ordem pública. Argumenta que a ordem pública se constitui pela infraestrutura urbana, pela iluminação pública, pela pavimentação asfáltica, pela saúde sanitária, pelo IDH alto, pelos altos índices de alfabetização. É isso que constrói uma ordem pública. Enfatiza que justamente a ordem pública que é o terror desse Governo Federal, porque uma sociedade organizada não pode ser manipulada, ela precisa do caos, da palafita, do barro, do esgoto a céu aberto, do tráfico de drogas, do crime para sobreviver, porque eles vendem lenitivos, vendem remédios para a desgraça. Solicita que prestem atenção na responsabilidade que está sobre o ombro dos senhores, a ordem pública é inimiga do Governo Federal, porque eles precisam desse sentimento de desmonte do Estado para sobreviver.

Faz a seguinte pergunta: alimentar, aumentar, reorganizar as atribuições da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal dentro do campo do

policciamento ostensivo e investigativo dentro dos Estados e, abre aspas, "um campo especializado para agir em investigações sensíveis". E quais investigações foram deixadas de ser feitas ou quais foram feitas até o exato momento para combater o narcotráfico, que fora eficiente, ou quer alguém mentir e fechar os olhos que a cada dez quilos de cocaína consumida no mundo, oito passa por dentro do Brasil e deixa um rastro de pobreza, desgraça e violência, quando passa por dentro do nosso país.

Então, solicita aos Comandantes de batalhões, Comandantes de Polícia Militar, Comandante-Geral de cada Estado, Delegados-Gerais de cada Estado, que olhem pela perpetuação da sua instituição, olhem pela vida, olhem pela segurança do seu policial, do seu comandado, que essa é uma das obrigações dos senhores. Indaga qual a investigação sensível para investigar atos antidemocráticos, seria para isso? Investigações sensíveis são investigações relacionadas a atos políticos, monopolizar em Brasília mais e trazendo para o Distrito Federal, indo do contrário daquilo que qualquer pessoa de direita e a direita acredita que é a descentralização dos Poderes, onde o poder tem que estar na mão do povo e não de um único ditador imbecil. Pede aos senhores Comandantes que se mobilizem, aos senhores Delegados junto a seus senadores, junto a seus deputados federais para não deixar prosperar essa PEC da Segurança Pública, que é o princípio do fim.

Comenta que todo grande acidente envolvendo uma barragem um dia foi um pequeno trincado na parede onde saiu uma pequena lágrima, uma gotinha de água dali e, mais tarde, ceifar-se de uma vida inteira. Diz que está aqui a rachadura no sistema por onde vamos dar porta aberta para a criação da guarda pretoriana petista, chamada força nacional. Está aqui instituído isso, cada policial militar do mais moderno ao mais antigo, cada policial civil do Estado de Santa Catarina e do Brasil tenha certeza disso, de que se está preparando o terreno para serem lançados no ostracismo, no

esquecimento e centralizando-se inclusive, a distribuição de recursos. Diz que não pensem que isso é teoria da conspiração, na eleição de Lula ele prometeu que ia centralizar os recursos enviados para Estados e municípios através da reforma tributária e, assim, está lutando para fazê-lo. Foi para isso que foi criada a reforma tributária e, agora, querem criar isso dentro do campo da Segurança Pública, mais uma vez centralizar em Brasília. Entende que só sabem centralizar e trazer por si. Pede que não durmam tranquilos com isso, movimentem seus entes políticos de todos os partidos, procurem seu deputado federal, seu senador, converse com o seu Governador, com o Comandante-Geral, não deixem a rachadura na armadura prosperar, ir à frente, porque estamos, sim, trabalhando para o fim da instituição polícia, trabalhando, sim, para isso. E diz que mais tarde teremos aqui a guarda nacional, a guarda pretoriana petista.

Salienta que essa estrela em cima do ombro dos senhores, quanto mais estrelas, mais gemadas, mais laureadas, maior é a responsabilidade que os senhores têm. Pergunta aos senhores Delegados, que investigações sensíveis, quão sensível é uma investigação que não pode ter um Delegado de Polícia à sua frente? Qual sensível é? Foge-lhe a competência para isso? É preciso monopolizar isso lá em Brasília? É preciso centralizar esse poder? Enfatiza que o momento é crítico. E como disse: cumpriram em relação à reforma tributária, um conselho vai decidir quanto vai para o município, quanto vai para o Estado. Fala que estão fazendo isso com a educação, engessando matérias dentro do Plano de Educação, trazendo essa responsabilidade para Brasília. A última notícia vai ser a seguinte: "De que não haverá eleições em 2026", seguindo o rastro de todos os ditadores presidentes dos países vizinhos aqui da América Latina e América Central. Diz que o Brasil não pode carregar essa pecha, os contemporâneos dos senhores não podem carregar essa pecha, de que foram essa turma que entregou a Polícia Militar e a Polícia Civil ao ostracismo, ao esquecimento e,

por fim, a sua completa aniquilação. [*Taquígrafa: Sílvia*]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia 6 de agosto, às 10 horas, conforme calendário especial. Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]